



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**  
**Fundação Universidade Federal do ABC**  
**Comissão de Graduação**

Avenida dos Estados, 5001 · Bairro Santa Terezinha · Santo André - SP  
CEP 09210-580 · Fone: (11) 4996.7910/7983  
gabinete.prograd@ufabc.edu.br

**Ata nº 003/2017/Ordinária/CG**

1 Ata da III reunião ordinária da Comissão de Graduação (CG), convocada para as catorze horas  
2 do dia treze de abril de dois mil e dezessete, na sala 312-1 do Bloco A da Universidade Federal  
3 do ABC (UFABC), sita à Avenida dos Estados, 5001, Santo André, SP. A reunião foi presidida  
4 pela professora Paula Ayako Tiba, Pró-Reitora de Graduação, e contou com a presença dos  
5 seguintes membros: Adriano Reinaldo Viçoto Benvenho, Coordenador do Curso de Bacharelado  
6 em Física; Alberto Sanyuan Suen, Coordenador do Curso de Bacharelado em Ciências  
7 Econômicas; Alexei Magalhães Veneziani, Coordenador do Curso de Bacharelado em  
8 Matemática; Ana Paula Romani, Coordenadora *pro tempore* do Curso de Engenharia Biomédica;  
9 André Sarto Polo, Vice-Coordenador do Curso de Bacharelado em Química; Antonio Eduardo  
10 Gonçalves, Representante Discente; Antônio Gil Vicente de Brum, Coordenador *pro tempore* do  
11 Curso de Engenharia Aeroespacial; Daniel Scodeler Raimundo, Vice-Coordenador do Curso de  
12 Engenharia de Materiais; Deonete Rodrigues Nagy, Representante Técnico-Administrativo  
13 suplente; Fernanda Franzolin, Coordenadora do Curso de Licenciatura em Ciências Biológicas;  
14 Francisco José Brabo Bezerra, Coordenador do Curso de Licenciatura em Matemática; Gabriel  
15 de Oliveira Santos Ishiara, Representante Discente; Gabriel Valim Alcoba Ruiz, Representante  
16 Técnico-Administrativo; Giorgio Romano Schutte, Coordenador do Curso de Bacharelado em  
17 Relações Internacionais; Harki Tanaka, Vice-Diretor do Centro de Engenharia, Modelagem e  
18 Ciências Sociais Aplicadas (CECS); Leonardo Ribeiro Rodrigues, Vice-Coordenador do Curso  
19 de Engenharia de Gestão; Luiz Antônio Celiberto Junior, Vice-Coordenador do Curso de  
20 Engenharia de Instrumentação, Automação e Robótica; Marcelo Bussoti Reyes, Vice-Diretor do  
21 Centro de Matemática, Computação e Cognição (CMCC); Marcelo Salvador Caetano,  
22 Coordenador do Curso de Bacharelado em Neurociência; Márcio Katsumi Oikawa, Coordenador  
23 do Curso de Bacharelado em Ciência da Computação; Marco Antonio Bueno Filho,  
24 Coordenador do Curso de Licenciatura em Química; Marília Mello Pisani, Coordenadora do  
25 Curso de Licenciatura em Filosofia; Murilo Bellezoni Loiola, Coordenador do Curso de  
26 Engenharia de Informação; Otto Muller Patrão de Oliveira, Coordenador do Curso de  
27 Bacharelado em Ciências Biológicas; Paula Homem de Mello, Vice-Diretora do Centro de  
28 Ciências Naturais e Humanas (CCNH); Pedro Casalotti Farhat, Representante Discente suplente;  
29 Pedro Galli Mercadante, Coordenador do Bacharelado em Ciência e Tecnologia (BC&T);  
30 Ramón Vicente Garcia Fernandez, Coordenador do Bacharelado em Ciências e Humanidades  
31 (BC&H); Rodrigo de Freitas Bueno, Vice-Coordenador do Curso de Engenharia Ambiental e  
32 Urbana; Victor Ximenes Marques, Vice-Coordenador do curso de Bacharelado em Filosofia.  
33 **Ausências:** Cristina Autuori Tomazeti, Coordenadora do Curso de Engenharia de Energia;  
34 Salomão Barros Ximenes, Coordenador do Curso de Bacharelado em Políticas Públicas.  
35 **Ausências Justificadas:** Breno Arsioli Moura, Coordenador do Curso de Licenciatura em Física  
36 Carolina Moutinho Duque de Pinho, Coordenadora do Curso de Bacharelado em Planejamento  
37 Territorial. **Não votantes:** Claudia Oliveira da Silva, Assistente Social da PROAP; Dulcimara  
38 Rosa Darré, Assistente Social da ProAP; Erica Terceiro Cardoso, Técnica em Química; Fabio  
39 Willy Parno, Discente; Gloria Maria M. Oliveira, DPAG/ProEC; Hugo da Silva Carlos,  
40 Bibliotecário; Lídia Pancev Daniel Pereira, Assistente em Administração da ProEC; Marcus



41 Vinicius da Silva Abrão, UFABC Labore; Rail Ribeiro Filho, Representante Técnico-  
42 Administrativo suplente; Silas Araújo Leite de Oliveira, Assistente Administração da ProEC;  
43 Vânia Trombini Hernandez, Coordenadora Geral dos Bacharelados Interdisciplinares. **Apoio**  
44 **administrativo:** M. Aparecida O. Ferreira e Marcelo Sartori Ferreira, Secretários Executivos;  
45 Thainara Joventino da Silva, Estagiária em Secretariado Executivo. Professora Paula Tiba  
46 cumprimentou a todos e deu início à sessão às catorze horas e treze minutos. **Informes da**  
47 **Presidência.** 1) Novos representantes eleitos da Comissão de Graduação. Professora Paula Tiba  
48 deu as boas vindas aos novos membros eleitos da CG: 1) Felipe Cesar Torres Antonio (titular) e  
49 Deonete Rodrigues Nagy (suplente); e Gabriel Valim Alcoba Ruiz (titular) e Rail Ribeiro Filho  
50 (suplente), representantes técnico-administrativos; 2) Antonio Eduardo Gonçalves (titular) e  
51 Hector Estevan Palma (suplente); e Gabriel de Oliveira Santos Ishiara (titular) e Pedro Casalotti  
52 Farhat, representantes discentes (suplente). Aproveitou para parabenizar aos representantes  
53 anteriores, pela dedicação e colaboração. 2) Lei nº 13.425, de 30 de março de 2017, que  
54 estabelece diretrizes gerais sobre medidas de prevenção e combate a incêndio e a desastres.  
55 Professora Paula Tiba informou que já enviara, para conhecimento, aos diretores dos centros, via  
56 e-mail, a lei em comento. Citou o caput do Art. 8 dessa lei: “Os cursos de graduação em  
57 Engenharia e Arquitetura em funcionamento no País, em universidades e organizações de ensino  
58 públicas e privadas, bem como os cursos de tecnologia e de ensino médio correlatos, incluirão  
59 nas disciplinas ministradas conteúdo relativo à prevenção e ao combate a incêndio e a desastres”  
60 e seu parágrafo único: “Os responsáveis pelos cursos referidos no caput deste artigo terão o  
61 prazo de seis meses, contados da entrada em vigor desta Lei, para promover as complementações  
62 necessárias no conteúdo das disciplinas ministradas, visando a atender o disposto no caput deste  
63 artigo”. Demonstrou preocupação acerca do prazo estipulado para que os cursos da UFABC se  
64 adequem ao dispositivo legal e considerou se o disposto também se aplicaria ao BC&T.  
65 Perguntou se no CECS os diretores já discutiram a respeito das adaptações a serem feitas nos  
66 cursos de engenharia. Professor Harki informou que a questão ainda não fora discutida, mas  
67 informou que, a princípio, a ideia seria criar uma disciplina obrigatória com os conteúdos  
68 solicitados. Professora Paula Tiba sugeriu que fosse avaliada a possibilidade de alteração na  
69 ementa de disciplinas existentes, para atender à Lei, e lembrou sobre a realização da I sessão  
70 extraordinária da CG, que tratará de alterações em disciplinas. Observou que a criação de  
71 disciplina obrigatória se caracteriza como alteração de projeto pedagógico de curso e para tal há  
72 sessão extraordinária da CG específica para esse fim e que alterações em PPCs somente entram  
73 em vigência no ano posterior. Salientou que os prazos e etapas devem ser seguidos. Professor  
74 Harki informou que trará uma proposta para discussão na próxima sessão da CG. 3) Estudantes  
75 da UFABC no 9th International Physicist’s Tournament (IPT). Professora Paula Tiba passou a  
76 palavra ao discente Marcus Vinicius da Silva Abrão, que informou que a equipe de alunos da  
77 UFABC classificou-se em 11º lugar do mundo no torneio citado e em 1º entre universidades da  
78 América, ressaltando e parabenizando o ótimo desempenho apresentado pelos alunos. 4) Feira de  
79 Estágios da UFABC. Marcus também informou sobre a Feira de Estágios, que a partir deste ano  
80 será organizada por entidades empreendedoras, formadas por discentes da UFABC.  
81 Anteriormente a feira era organizada por uma empresa contratada para esse fim. O nome do  
82 evento será alterado para Labore UFABC e trará oportunidades para todos os cursos de  
83 graduação. O objetivo será trabalhar com os seguintes eixos, além de estágio: emprego  
84 provisório, voluntário e carreira. Será feita pesquisa com alunos para saber quais empresas são  
85 mais procuradas pelos discentes, para que a comissão organizadora possa tentar contato. Haverá  
86 palestras com ex-alunos inseridos no mercado de trabalho e onze grandes empresas já se  
87 interessaram em participar. A previsão de realização da feira é julho ou agosto deste ano. Enviou

88 e-mails para coordenadores e pediu seu auxílio na divulgação. Professora Paula Tiba sugeriu que  
89 a Prograd repassasse aos alunos as informações e o link para as pesquisas. Parabenizou a todos  
90 os envolvidos pelo evento. Professora Fernanda sugeriu que fosse enfatizado que os cursos de  
91 licenciatura estão incluídos no evento, fazendo com que os alunos desses cursos se envolvessem  
92 mais, visto que em geral as vagas apresentadas noutros anos eram direcionadas a discentes de  
93 engenharia e cursos tecnológicos. 5) Escolha de novo representante discente para a Comissão  
94 Julgadora de Recursos de Desligamento. Professora Paula Tiba passou a palavra ao professor  
95 Pedro, que explicou que a Comissão é atualmente formada por ele, representante docente, pelo  
96 Gabriel Valim, representante TA, mas é necessária a designação de novo representante discente,  
97 pois o anterior já se formara. Professora Paula Tiba informou que há três Grupos de Trabalho em  
98 vigência: um sobre a revisão do catálogo de disciplinas; um sobre ingresso em curso de  
99 formação específica por alunos provenientes de qualquer bacharelado interdisciplinar; e um  
100 sobre revisão das normas sobre estágios obrigatórios. Todos os grupos estão sem representação  
101 discente. Convidou aos novos representantes discentes para participar também desses outros. O  
102 representante discente Antônio Eduardo manifestou interesse em participar da Comissão  
103 Julgadora de Recursos de Desligamento. Após alguns questionamentos, foi escolhido o discente  
104 Antônio para compor a Comissão Julgadora, sem oposições. Posteriormente, os representantes  
105 discentes indicarão membros discentes para os outros GTs em atividade. 6) Catálogo de  
106 Disciplinas 2017. Professora Paula Tiba informou que o referido catálogo já está disponível no  
107 site da Prograd. Agradeceu a equipe de técnicos administrativos pelo trabalho realizado.  
108 Informou que foram encontrados alguns erros e que na sessão extraordinária sobre alteração de  
109 disciplinas será proposta a devida correção. 7) Bibliografias de disciplinas de Graduação.  
110 Professora Paula passou a palavra a Victor Hugo, servidor da biblioteca, que informou sobre  
111 contato realizado com coordenadores de curso por e-mail, para estudar possibilidades de  
112 aquisição de bibliografia que ainda não conste na biblioteca ou substituição de obras. Informou  
113 também que, em caso de dúvidas sobre aquisição de obras e outros materiais, os coordenadores  
114 devem entrar em contato com a equipe de servidores da biblioteca. Professora Paula Tiba  
115 informou que as Resoluções CONSEPE nº139 e nº140 serão revistas e que a Biblioteca participará  
116 das discussões, de modo a otimizar o fluxo para que os alunos tenham rápido acesso às obras. 8)  
117 Semana de Inserção Universitária. Professora Paula Tiba passou a palavra ao discente Fábio  
118 Parno, que fez um informe sobre o assunto referido. Juntamente com a Coordenação Geral dos  
119 Bacharelados Interdisciplinares e com o grupo de entidades unidas da UFABC, está sendo  
120 organizada a Semana de Inserção Universitária, que começará em 22 de maio. Essa é a  
121 oportunidade de primeiro contato com os ingressantes. Entrará em contato com as coordenações,  
122 caso tenham interesse em participar e apresentar os cursos, laboratórios ou realizar outras  
123 atividades na universidade. **Informes dos membros.** 1) Cola de alunos em avaliação da  
124 disciplina Fenômenos Térmicos. Professor Adriano informou que pelo terceiro ano consecutivo,  
125 na disciplina de Fenômenos Térmicos, foi descoberta cola de 20 alunos por meio de um grupo de  
126 WhatsApp. A primeira medida tomada foi reprovar os 20 alunos. Informou que será enviado um  
127 documento para a Prograd, solicitando punição mais severa. Professora Paula Tiba informou que  
128 o procedimento a se tomar é encaminhar denúncia à Comissão Disciplinar Discente da  
129 Graduação, que é o órgão independente e responsável por analisar denúncias desse tipo.  
130 Professor Adriano respondeu que nas duas ocorrências de cola anteriores, encaminhadas a essa  
131 Comissão, a punição foi muito branda e tal punição não surtiu efeito. Alegou que essas  
132 ocorrências se configuram uma transgressão grave, que mina as tentativas de melhorar o curso.  
133 2) Questionamento sobre estudo dirigido. Professor Antonio Gil questionou se há alguma norma  
134 sobre o oferecimento de disciplinas na forma de estudo dirigido. Ressaltou que não se trata da

135 disciplina de Projeto Dirigido do BC&T. Deonete explicou que alguns alunos de alguns cursos,  
136 antigamente, perdiam a oportunidade de cursar alguma disciplina e que não havia espaço para  
137 ofertá-la novamente, no período em que o aluno precisava, visto que faltaria somente essa  
138 disciplina para terminar sua graduação. O único critério adotado é que não poderia se tratar de  
139 uma disciplina prática. Docentes não recebem créditos por esse estudo dirigido e fica sempre a  
140 critério da coordenação de curso utilizá-lo. Professora Paula Tiba sugeriu se criar um GT para  
141 avaliar esse assunto e perguntou se algum membro se candidataria a participar. Manifestaram  
142 interesse e, por tal, participarão do GT para tratar desse assunto, professor Antônio Gil, professor  
143 Alexei, professor Rodrigo de Freitas, a representante técnico-administrativa Deonete e o discente  
144 Marcus Vinicius da Silva Abrão, indicado pelo representante discente Gabriel. **Ordem do Dia.**  
145 1) Ata nº 002/2017 da II sessão ordinária, realizada em 16 de março de 2017. Professora Paula  
146 abriu espaço comentários e sugestões. Sem manifestações dos membros, colocou o documento  
147 sem alterações em votação, sendo aprovado com três abstenções. **Expediente.** 1) Proposta de  
148 revisão da Resolução ConsEP nº 63 que altera a resolução que estabelece regras para o  
149 trancamento de matrícula nos cursos de graduação na UFABC. Professora Paula Tiba informou  
150 que se trata de uma proposta conjunta entre Prograd e ProAP. Passou a palavra para a servidora  
151 Cláudia da ProAP, que fez a apresentação da proposta: “Art. 1º Incluir no Art. 4º da Resolução  
152 ConsEPE nº 63, de 10 de maio de 2010: VIII. afastamento por doença grave, que demande  
153 cuidados permanentes, de cônjuge, companheiro(a) ou parente em primeiro grau, mediante  
154 comprovação por atestado médico e documento comprobatório do parentesco; IX. afastamento  
155 por doença grave, que demande cuidados permanentes, de parente de segundo ou maior grau,  
156 desde que o interessado seja o responsável por cuidar do paciente, mediante comprovação por  
157 atestado médico, documento comprobatório do parentesco e documento atestando a necessidade  
158 de cuidados por parte do interessado; X. luto por morte de cônjuge, companheiro(a) ou parente  
159 em até segundo grau, mediante comprovação por atestado de óbito e documento comprobatório  
160 do parentesco. Parágrafo único. As situações descritas neste artigo devem estar vigentes no  
161 momento da solicitação de trancamento”. Cláudia acrescentou que a proposta se baseia em  
162 complementar a Resolução existente, para contemplar casos não previstos na norma vigente.  
163 Professora Paula Tiba explicou que a Resolução ConsEP nº 63 regula que o aluno pode trancar a  
164 matrícula, ou seja, todo o quadrimestre, até 3 vezes sem justificativa e, com justificativa, sem  
165 limite de vezes. Dentre as justificativas, não estão inclusas as alterações citadas. Abriu espaço  
166 para comentários e sugestões. O representante técnico-administrativo Gabriel Valim sugeriu  
167 alterar o Inciso X do Art. 1, “em segundo ou maior grau”, para incluir outras possibilidades de  
168 parentesco. Cláudia aceitou a proposta, visto que há outras configurações familiares diferentes da  
169 tradicional. Professor Alberto Suen solicitou que fosse definido claramente qual grau de  
170 parentesco, porque, do contrário, não seria possível avaliar. Professor Pedro sugeriu não  
171 restringir grau de parentesco, para se incluir na regra pessoas de vínculo pessoal mais forte,  
172 como familiares e outros. Opinou que o luto é um sentimento muito subjetivo. Professora Paula  
173 Tiba lembrou que não é possível apresentar o mesmo atestado de luto mais de uma vez, pois a  
174 proposta inclui a informação de que essas situações devem estar vigentes no momento da  
175 solicitação de trancamento. Dulcimara, servidora da ProAP, afirmou que o conceito de família  
176 deve ser ampliado, e devem ser consideradas redes de apoio, relações desenvolvidas que  
177 adquirem valor até maior que o grau de parentesco. O representante discente Antonio Eduardo  
178 sugeriu condicionar o trancamento à entrevista com profissional especializado, para averiguar a  
179 intensidade do vínculo afetivo e o efeito da perda. Professor Ramon manifestou que deveria  
180 haver uma regra geral e os casos que não se aplicassem passariam por análise de psicólogos.  
181 Dulcimara explicou que não se trata de casos excepcionais, mas sim de várias configurações de

182 família atualmente. É preciso garantir esse direito. Luto não é uma doença, mas uma situação  
183 extremamente difícil. Professor Luis Antonio opinou que deveria haver acompanhamento  
184 psicossocial, pois luto é relacionado à depressão. Professor Pedro sugeriu que se colocasse a  
185 redação do Inciso X, Art. 1º “luto por morte de cônjuge, companheiro(a), parente em até segundo  
186 grau ou relações equivalentes[...]”. Cláudia da Proap reiterou que não se trata de casos isolados e  
187 que o luto é um direito de todos, não podendo ser avaliado nesse sentido. Professor Antonio Gil  
188 disse que a universidade é um órgão público, que tem responsabilidade com o investimento que a  
189 sociedade faz. Permitir a saída de um aluno, com o trancamento, é permitir uma vaga discente  
190 sem utilização. Dulcimara explicou que a seção psicossocial sempre recebe os alunos quando  
191 eles necessitam, mas que não pode ser obrigatória essa recepção. Professora Fernanda opinou  
192 que a função educativa da universidade pode fazer os alunos pensarem diferente no mundo de  
193 trabalho e com eventuais relações entre eles e seus subordinados. Professor Alberto Suen  
194 considerou que, caso se altere o requisito de grau de parentesco, deve-se retirar da redação a  
195 exigência de documento comprobatório desse grau. A parte demandante acatou a retirada da  
196 exigência de documento comprobatório de grau de parentesco. A representante técnico-  
197 administrativa Deonete sugeriu que as restrições de grau de parentesco e do respectivo  
198 documento comprobatório fossem retiradas dos demais incisos. Após algumas discussões, foi  
199 aprovada a seguinte redação para o Inciso X do Art. 1º dessa proposta de resolução: “luto por  
200 morte de cônjuge, companheiro(a), parente ou relações equivalentes, mediante comprovação por  
201 atestado de óbito”. Professor Harki questionou sobre a existência de um atestado de necessidade  
202 de cuidados. Claudia respondeu que existe e acontece com frequência e quem atesta é o médico  
203 do paciente, tratando-se de um documento legalmente válido. Professora Paula Tiba concluiu  
204 que a área demandante deveria alterar a redação com as sugestões feitas durante esta sessão e  
205 encaminhou o item para a Ordem do Dia da próxima sessão. 2) Proposta de resolução que  
206 regulamenta a inclusão de créditos curriculares exigidos para a graduação da UFABC em ações  
207 de extensão e cultura. Professora Paula Tiba passou a palavra à servidora Glória, da ProEC,  
208 representando os pró-reitores de extensão e cultura, que apresentou a proposta: “Art. 1º.  
209 Regular a implantação no projeto pedagógico dos cursos de graduação de, no mínimo,  
210 10% (dez por cento) do total de créditos curriculares em ações de extensão e cultura. Parágrafo  
211 1º Entende-se por as ações de extensão e cultura, para fins dessa resolução, aquelas descritas no  
212 Anexo I. Parágrafo 2º A porcentagem a que se refere o artigo 1º não deve ser acrescida ao total  
213 de créditos curriculares do curso. Art. 2º - A fim de atender ao disposto no artigo 1º da Lei  
214 13.005 de 25 de junho de 2014, que trata dos tempos para cumprimento dessas adequações, a  
215 implantação poderá ser efetuada em duas etapas, de forma que os projetos pedagógicos dos  
216 cursos de graduação contemplem um mínimo de 6% dos créditos em sua próxima revisão,  
217 alcançando um mínimo de 10% na revisão seguinte. Parágrafo 1º As adequações necessárias  
218 para contemplar a implantação de que trata o Art. 1º dessa resolução, não deve resultar na  
219 diminuição da oferta das disciplinas de opção limitada e/ou livre. Parágrafo 2º A ProEC  
220 estabelecerá relação junto aos colegiados dos cursos de graduação, por meio da Pró-Reitoria de  
221 Graduação, para viabilizar o disposto no caput. Parágrafo 3º Esta Resolução entra em vigor na  
222 data de sua publicação no Boletim de Serviço da UFABC”. Complementou que o Plano  
223 Nacional de Educação (PNE), criado pela lei Lei nº 13.005, de 25 de Junho de 2014, regula essa  
224 inclusão. Em 2016, a Controladoria Geral da União (CGU) cobrou a UFABC sobre o processo  
225 dessa inclusão, recomendando criar normativas para que a universidade faça as adequações  
226 necessárias, de modo a incluir os 10% de atividades de extensão, previsto nessa lei. Essa  
227 proposta é uma versão preliminar do documento. Ainda será discutida em outras instâncias da  
228 UFABC. A intenção é escalonar a inclusão desses 10% até o ano de 2024, incluindo

229 primeiramente 6% e depois 4%. Professora Marília questionou se a ProEC e os cursos da  
230 UFABC criariam atividades de extensão para seus alunos e comunidade interna, sendo que a  
231 definição de extensão é envolver a comunidade externa. Professora Paula Tiba esclareceu que  
232 não está em discussão se essa inclusão de 10% será feita, pois está normatizada em lei, sendo  
233 obrigatória essa inclusão, mas o modo e o tempo em que ocorrerá essa implantação. Explicou  
234 que objetivo não é o aluno ser o alvo da ação extencionista, mas sim protagonista dessas ações.  
235 Citou como exemplo a Escola Preparatória. Professor Giorgio perguntou se houve consulta a  
236 modelos adotados em outras universidades. Glória respondeu que a UFRJ está mais adiantada,  
237 mas as outras ainda estão em etapas iniciais de implantação. Ressaltou que é imperativo ater-se à  
238 inclusão de 6% e 4% posteriormente da carga horário dos cursos e planejar como realizar essa  
239 alteração. Até 2024 a universidade terá de apresentar como será feita a inclusão. As mudanças  
240 deverão entrar em vigor a partir do ano citado. A ProEC e a Prograd trabalharão junto às  
241 plenárias dos cursos para auxiliar neste processo. É possível contar com parcerias dentro da  
242 universidade, como as entidades estudantis, Agência de Inovação, com extensão tecnológica, etc.  
243 Essa mudança deverá ser pensada conjuntamente com as plenárias dos cursos. A intenção é  
244 iniciar as discussões e estabelecer os prazos para a inclusão. Professora Paula Tiba comentou que  
245 a proposta de escalonamento de 6% e 4% é interessante, pois, considerando os bacharelados  
246 interdisciplinares, esses cursos teriam a primeira parcela e os cursos de formação específica  
247 ficariam com a segunda parcela. Professor Pedro argumentou que a discussão não deve ser  
248 direcionada em relação ao prazo para a inclusão, mas quais atividades de extensão são adequadas  
249 para os alunos da UFABC. Professor Harki sugeriu que houvesse discussão nos fóruns de pró-  
250 reitores de extensão. Gloria respondeu que essa discussão já acontece há muitos anos. Professor  
251 Giorgio questionou: 1) se as horas complementares contam para a carga de extensão a ser  
252 incluída; 2) se será necessário retirar horas de aulas e incluir as de extensão ou aumentar a carga  
253 horário dos cursos; 3) se existe algum documento com lista de atividades que se caracterizam  
254 como extensão. Professora Paula Tiba respondeu que a resolução de atividades complementares  
255 prevê atividades de extensão e poderiam contabilizar para a carga de extensão a ser incluída. No  
256 entanto, como este tipo específico de atividade é opcional, seria possível rever a resolução sobre  
257 esse assunto e aumentar o percentual obrigatório de horas de extensão. Glória respondeu que há  
258 documentos de outras Instituições Federais de Ensino Superior (IFES), nos quais essas  
259 instituições relatam seus problemas e soluções para esse assunto. A intensão não é aumentar a  
260 carga horária, mas ministrar conteúdos de disciplinas na forma de atividades de extensão. Lídia  
261 ressaltou que a Pró-reitoria de Extensão e Cultura terá de passar por uma reorganização, para que  
262 seja possível dar suporte a essa mudança. Recomendou a leitura da Política Nacional de  
263 Extensão Universitária, de 2012, constituída no Fórum Nacional de Extensão. Nesse documento  
264 há formas de se fazer atividades de extensão. Extensão deve ser entendida como o movimento de  
265 levar o conhecimento produzido dentro da universidade para a comunidade e entender e intervir  
266 em seus problemas, sendo uma ação transformadora. É importante discutir e avaliar qual a  
267 capacidade que a UFABC consegue implantar. Professor Ramon sugeriu que todas as atividades  
268 complementares poderiam ser interpretadas, no sentido amplo, como atividades de extensão.  
269 Professor Leonardo Ribeiro opinou que, nos cursos de engenharia, o estágio poderia ser  
270 considerado extensão, no qual o discente leva seu conhecimento universitário para as empresas.  
271 Professora Fernanda sugeriu aumentar créditos nas horas complementares para extensão.  
272 Questionou se disciplinas de simulação de aulas, nos cursos de licenciatura, seriam consideradas  
273 como atividades de extensão. Professor Harki informou que estágio em cursos de engenharia não  
274 se encaixaria no exposto pelo professor Leonardo Ribeiro. O estágio é um elemento curricular  
275 obrigatório, à parte das atividades de extensão. Professora Paula Tiba considerou que alguns

276 cursos seria mais fácil aplicar essa mudança. Alunos poderiam prestar serviço à comunidade do  
277 que estão aprendendo. Sobre estágio de engenharia, afirmou que há diretrizes curriculares  
278 nacionais que limitam as atividades de estágio. No entanto, isso não acontece em outros cursos.  
279 Exemplificou que no PPC de Bacharelado em Neurociência os estágios poderiam ser  
280 substituídos por ações de extensão e isso já está previsto na normativa vigente. Glória respondeu  
281 à Fernanda que as disciplinas de simulação de aulas, nos cursos de licenciatura, poderiam ser  
282 consideradas como atividades de extensão e que o objetivo não é criar disciplinas de extensão. O  
283 servidor Silas Oliveira, da ProEC, explicou que não somente a universidade leva o conhecimento  
284 para a comunidade, mas a universidade tem de ser acrescida com o conhecimento da sociedade,  
285 não compreendida apenas em escolas, aldeias etc, mas sendo incluídas empresas,  
286 microempresas, organizações sociais. Todos os cursos tem algo a aprender e a levar algo à  
287 sociedade. Professor Ramon sugeriu a retirada do parágrafo 2º do artigo 1º, pois não deve ser o  
288 disposto a essência da proposta. A servidora Glória informou, a pedido do professor Daniel  
289 Pansarelli, que o parágrafo 2º é consensual nos fóruns de extensão. Professor Giorgio redarguiu  
290 que, mesmo havendo consenso nesses fóruns, esta é uma etapa de discussão e o entendimento  
291 dos fóruns não deveria ser um condicionante para a implantação da proposta em debate. Essa  
292 meta de inclusão de atividades de extensão pode acarretar medidas artificiais ou o sacrifício de  
293 conteúdos acadêmicos essenciais. Solicitou que o Pró-reitor de Extensão e Cultura, Daniel  
294 Pansarelli, fizesse um evento com os docentes para elucidar o assunto. Professor Pedro  
295 Mercadante ponderou que a UFABC tem feito extensão e muitos docentes têm experiência no  
296 assunto. Uma parte desse exercício é reconhecer qual parcela das atividades acadêmicas dos  
297 cursos também se classifica como extensão. Professora Marília questionou se os alunos teriam de  
298 trabalhar passivamente nos projetos de extensão e solicitou que a ProEC fizesse um estudo sobre  
299 o impacto na carga horária docente e no espaço disponível na UFABC. Professor Harki protestou  
300 a respeito do parágrafo 1º do Art. 2º, no qual se regula que essa porcentagem de 10% da carga  
301 horária dos cursos terá de ser retirada de suas disciplinas obrigatórias. Afirmou ser esse um  
302 problema sério, pois esse número é fora da realidade dos cursos. Glória respondeu que os  
303 discentes devem trabalhar ativamente no projeto de extensão, não passivamente. O objetivo não  
304 é aumentar os créditos do curso. Uma possibilidade é mudar o nome de algumas disciplinas,  
305 sendo ofertadas na forma de extensão. Silas Oliveira informou que ocorrerá em 22 de junho o III  
306 Congresso de Extensão Universitária da UFABC. Será apresentado o que está sendo produzido  
307 de extensão na universidade, com depoimentos e relatos de experiências. Professor Harki  
308 demonstrou preocupação quanto aos recursos financeiros, que terão de aumentar, tanto para a  
309 Prograd, como para a ProEC, considerando também que os alunos terão de se locomover para as  
310 atividades em diversos locais, fora da Universidade. Professora Paula Tiba ponderou que esta é  
311 uma oportunidade de se discutir diferentes formas de ensino-aprendizagem ao apresentar o  
312 conteúdo das disciplinas, que pode ser feito em outros formatos. Professora Paula Tiba informou  
313 que as sugestões de alterar o termo 'colegiado' por 'plenárias' e a sugestão do professor Ramon,  
314 a retirada do parágrafo 2º do artigo 1º, seriam consideradas no debate sobre o assunto, a ocorrer  
315 em sessão do CEC. Como encaminhamento, o item saiu da pauta da CG com as sugestões, e será  
316 discutido na Comissão de Extensão e Cultura. Após aprovação no CEC, retornará na Ordem do  
317 Dia na CG. Glória convidou a todos a participarem do CEC e das discussões sobre esse assunto.  
318 Dado ao avançado das horas, professora Paula Tiba informou que os últimos itens restantes da  
319 pauta seriam transferidos para a próxima sessão ordinária desta comissão e que não haveria a  
320 continuação desta sessão. Agradeceu a todos pela presença e encerrou a sessão às dezesseis  
321 horas e quarenta e três minutos, cuja ata foi lavrada por mim, Marcelo Sartori Ferreira,

322 Secretário Executivo, e aprovada pela Pró-Reitora de Graduação, Paula Ayako Tiba, e pelos  
323 demais presentes à sessão.-----

**Marcelo Sartori Ferreira**  
Secretário Executivo

**Paula Ayako Tiba**  
Pró-Reitora de Graduação